

# ARGUMENTAÇÃO E FALÁCIAS EM ENTREVISTAS TELEVISIVAS: POR UM DIÁLOGO ENTRE O MODELO TOULMIN E A PERSPECTIVA TEXTUAL-INTERATIVA

## ARGUMENTATION AND FALLACIES IN TELEVISION INTERVIEWS: FOR A DIALOGUE BETWEEN THE TOULMIN MODEL AND THE TEXTUAL-INTERACTIVE PERSPECTIVE

*Paulo Roberto Gonçalves-Segundo\**

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

**Resumo:** Neste artigo, propomos uma articulação entre o modelo Toulmin de argumentação e a perspectiva textual-interativa para a análise de uma entrevista de televisão polêmica concedida pelo então candidato a prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), a César Tralli, no programa SPTV, da Rede Globo de Comunicações, em período de campanha eleitoral. A proposta justifica-se na medida em que o modelo Toulmin permite uma formalização esquemática da estrutura argumentativa que viabiliza uma análise crítica do processo, ao passo que a perspectiva textual-interativa possibilita compreender a dinâmica de produção e interpretação locais de sentido no texto conversacional, fornecendo ferramentas explanatórias para a construção do esquema argumentativo, o que envolve a variabilidade na explicitação dos componentes do modelo e na configuração de suas relações recíprocas. Pudemos depreender as tendências de: (1) o entrevistador construir a Alegação sob forma de pergunta, de forma a incitar que a resposta consista em uma Refutação, processo permeado por uma dinâmica de preservação da própria face, da face do entrevistador e do Partido dos Trabalhadores (PT), na qual o entrevistado busca caracterizar o raciocínio do âncora como falacioso; (2) implicação de Garantias e, especialmente, Apoios; e (3) construção de cadeias complexas de esquemas argumentativos.

**Palavras-chave:** Argumentação; Falácias; Toulmin; Entrevista; Perspectiva Textual-Interativa.

**Abstract:** *This paper proposes an articulation between the Toulmin model of argumentation and the textual-interactive perspective for the analysis of a polemic television interview granted by Fernando Haddad to César Tralli, in the news program SPTV, transmitted by Globo Network, during his campaign for mayor in 2012. This proposal is justified insofar as the Toulmin model allows a schematic formalization of the argumentative structure that supports a critical analysis of the process, whereas the textual-interactive perspective allows comprehending the dynamics of the local production and interpretation of meaning in the conversational text, providing explanatory tools for the construction of the argumentative scheme, which involves the variation in the explicitation of the components of the model and in the configuration of its reciprocal relations. Thus, we could conclude that: (1) the interviewer tends to build the Claim through a question, so that the guest may answer it in form of a Rebuttal, in a process permeated by a face-work dynamics, oriented towards the preservation of his own face, of the interviewer's face and of his party's face, whereby the guest aims to characterize the interviewer's reasoning as fallacious; (2) Warrants and, especially, Backings tend to be implicit; and (3) the argumentative schemes tend to be construed under complex chains.*

**Keywords:** *Argumentation; Fallacies; Toulmin; Interview; Textual-Interactive Perspective.*

---

\* Professor da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil; paulosegundo@usp.br

## Introdução

Frans van Eemeren (2006: VIII), um dos proponentes da abordagem pragmático-dialética da argumentação, em sua nota introdutória à nova edição de *Os Usos do argumento*, de Stephen Toulmin (2006), originalmente publicado em 1958, destaca que a obra do autor britânico “tem sido, desde há quarenta anos, uma constante fonte de inspiração e de discussão para os estudiosos da argumentação, seja qual for o campo disciplinar a que pertençam”.

É curioso considerarmos, entretanto, que Toulmin não visava construir uma teoria argumentativa ou retórica. Seu embate era contra a epistemologia que lhe era contemporânea; sua crítica, contra a visão rigorosamente formal de argumentação que predominava na Filosofia anglo-americana. Segundo o próprio autor, o “modelo Toulmin” foi “um dos subprodutos imprevistos de *Os Usos do argumento*” (Toulmin, 2006: XI), originário do sucesso de recepção da obra nos estudos de linguagem e de comunicação fora da Inglaterra.

O livro consiste em um conjunto de ensaios que refletem sobre Epistemologia e sobre as lógicas prática e idealizada, além de apresentar uma rica discussão que correlaciona argumentação a modalidade e a probabilidade. Seu maior legado, contudo, configura-se no esquema de estruturação argumentativa delineado no ensaio *O layout dos argumentos* e aprofundado no livro *An introduction to Reasoning* (1984 [1978]), escrito em coautoria com Richard Rieke e Allan Janik.

Nosso objetivo, neste artigo, é mostrar de que forma o modelo mencionado, articulado ao arcabouço textual-interativo (Jubran; Koch, 2006; Brown; Levinson, 1987), permite a análise detida da construção dinâmica da argumentação em interações conversacionais polêmicas, como é o caso da entrevista de televisão concedida em 22 de setembro de 2012 pelo então candidato à prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, ao jornalista da Rede Globo, César Tralli<sup>1</sup>, objeto de investigação deste trabalho. Em especial, enfocaremos como o modelo do autor britânico

---

<sup>1</sup> A transcrição do debate, realizada pela própria emissora de TV, pode ser encontrada em <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2012/noticia/2012/09/fernando-haddad-do-pt-e-entrevistado-pelo-sptv.html>. Consulta em 31 de março de 2014. Tal transcrição também encontra-se anexa a este artigo.

permite a análise crítica dos argumentos e como a perspectiva textual-interativa possibilita explicar as possíveis razões relativas à construção local da argumentação, considerando o que será, de fato, explicitado (ou implícito) em função de fatores interacionais relevantes, como a dinâmica das faces ou imagem pública.

Organizamos o texto do seguinte modo: na primeira seção, abordaremos o modelo do filósofo britânico, apresentando seu *layout* e definindo seus componentes, para, posteriormente, tecer críticas e ressalvas, por um lado, e apontar méritos, por outro; na segunda seção, analisaremos os dados, desconstruindo a argumentação dos participantes e identificando as falácias instanciadas a partir deste mesmo paradigma, considerando as variáveis textual-interativas relevantes para a explanação do processo; e, por fim, na última seção, teceremos considerações que retomam os principais padrões verificados na análise.

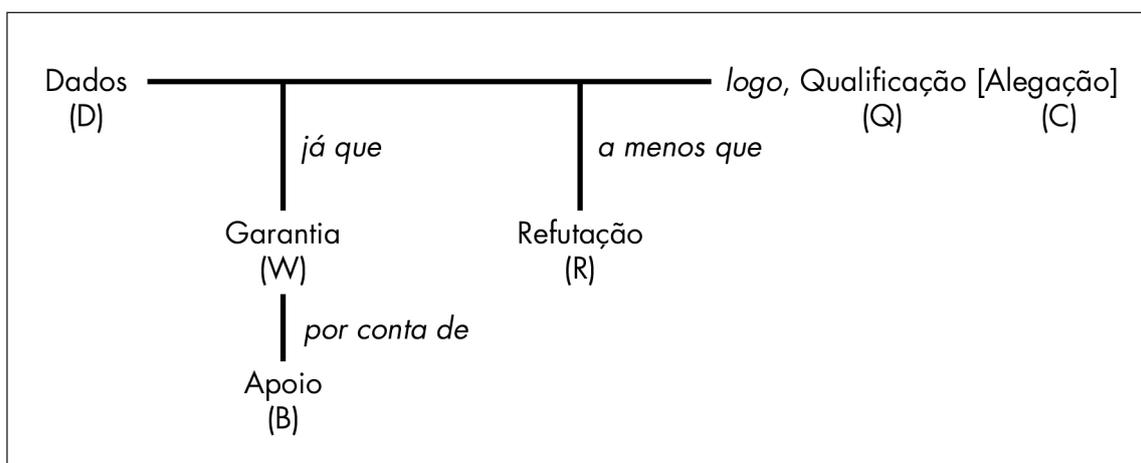
## 1 O *layout* do modelo argumentativo de Toulmin: conceitos, ressalvas e méritos

### 1.1 Conceitos fundamentais

O conhecido modelo de Toulmin, “proposto” em 1958, e posteriormente desenvolvido em obra conjunta com Rieke e Janik, em 1978, conta com seis componentes básicos que, segundo o autor, permitem explicitar a estrutura argumentativa. O esquema a seguir apresenta o *layout* geral (Toulmin, 2006 [1958])<sup>2</sup>:

---

<sup>2</sup> Em *An introduction to reasoning* (1984 [1978]), os autores substituem o termo *Data* por *Grounds*, substituindo, assim, a letra que representa esse componente para G. Neste capítulo, assumo a denominação e a sigla iniciais – mais conhecidas entre os estudiosos de argumentação. Os termos originais em inglês são: *Data* (D), *Claim* (C), *Qualifier* (Q), *Warrant* (W), *Backing* (B) e *Rebuttal* (R). Aproveitamos para assinalar que, doravante, apenas citaremos a data referente à edição consultada de cada obra, suprimindo o ano de publicação original, que constará nas Referências Bibliográficas.



Começaremos pela linha horizontal que liga os Dados (D) à Alegação ou Conclusão (C) e, posteriormente, trataremos dos outros componentes.

Para Toulmin, Rieke e Janik (1984: 28), Alegações podem ser definidas como “asserções apresentadas publicamente para a aceitação geral”, o que implica “haver ‘razões subjacentes para que se possa mostrar que são ‘bem fundamentadas’ e, portanto, passíveis de serem aceitas de modo geral”.

Os Dados, por sua vez, consistem nos “fatos aos quais recorreremos como fundamentos para a alegação” (Toulmin, 2006: 140); em outros termos, trata-se de “declarações que especificam fatos particulares sobre uma situação” (Toulmin, Rieke e Janik, 1984: 37), aceitas como verdadeiras por determinados grupos sociais, constituindo-se, portanto, no ponto de partida para que uma alegação seja proposta.

Vejamos um exemplo retirado do nosso *corpus* de análise para ilustrar a questão:

**César Tralli** – Candidato, ainda na sua gestão, o ministério da Educação gastou R\$ 800 mil com seis mil kits anti-homofobia, aqueles vídeos sobre relações homossexuais na relação escolar, só que a presidente Dilma considerou o material impróprio e impediu a distribuição do kit anti-homofobia. A produção desses vídeos foi um erro?

A pergunta formulada por César Tralli carrega a potencial Alegação (C) de que a produção dos vídeos sobre homossexualidade na escola teria sido um erro.

Em vez de assumir explicitamente tal conclusão, o entrevistador opta por colocá-la em pauta, fomentando, assim, a discussão crítica e permitindo ao candidato defender uma determinada posição. Tal alegação fundamenta-se em uma série de Dados (D), que incluem: 1. o gasto governamental de R\$800 mil reais no material; 2. o impedimento da distribuição do kit (aos alunos); e 3. a declaração de impropriedade do material pela Presidência da República. Será, então, a partir dessa base que a conclusão será invocada.

Entretanto, poderíamos nos perguntar: o que legitima o passo de D para C? Que proposição sustenta a avaliação de erro, mesmo considerando os fatos elencados? Tralli não explicita; entretanto, é possível que nós, como leitores e espectadores, baseados em nosso conhecimento de mundo, levantemos hipóteses<sup>3</sup>. É válido supormos, por exemplo, que Tralli conceba que *gastar dinheiro público em projetos que não se concretizam adequadamente é negativo*. Tal proposição, em geral, consensual – levando em consideração os valores de dada sociedade, em determinada época e, é claro, do auditório (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002 [1958]) com o qual se dialoga –, consiste, portanto, no elo que permite inferir C partir de D, autorizando o passo realizado. A essas proposições gerais que estabelecem raciocínios hipotéticos que ligam D a C denominamos Garantias (W).

Garantias estão diretamente associadas à Qualificação (Q) das Alegações, uma vez que o grau de comprometimento ou validação autoral diante da conclusão está proporcionalmente ligado ao potencial de aplicação de uma Garantia aos Dados instanciados no sentido de convencer os outros sobre a verossimilhança da Alegação. No exemplo citado, Tralli assume a modalidade categórica, com polaridade positiva, opção que constrói a conclusão em grau máximo de validação, muito embora o faça sob a forma de pergunta, o que permite, por um lado, que o entrevistado refute o argumento e, por outro, que o entrevistador negue sua adesão à Conclusão implícita, podendo atribuí-la a outras vozes.

---

<sup>3</sup> Dada a natureza nem sempre explícita das Garantias, que se fundamentam em raciocínios baseados em acordos prévios, é lícito nos valermos de nosso conhecimento sobre dada cultura e sobre determinadas práticas sociais para inferirmos raciocínios plausíveis, aplicáveis a uma dada interação. Ver Pineau (2013).

Formas de qualificação incluem uma diversidade de recursos modais, abrangendo verbos como *dever* e *poder*; construções atributivas, como *é necessário*, *é possível*, *não é provável*, *não é razoável*; advérbios, como *necessariamente*, *provavelmente*; dentre outros. A modalidade, para Halliday (2004), consiste em um fenômeno linguístico que nos permite construir uma região intermediária entre a polaridade negativa e a polaridade positiva, ou seja, entre a máxima invalidação e a máxima validação, viabilizando a possibilidade de assumirmos distintos graus de responsabilização pelo que produzimos, mediante as evidências que temos. No modelo de Toulmin (2006 [1958]), essa variabilidade na Qualificação encontra-se em função da tríade D-W-C.

O fato é que Garantias são, por definição, hipotéticas; logo, “*não são autovalidáveis*” (Toulmin, Rieke e Janik, 1984: 62). Sua solidez é, em geral, autorizada por considerações de suporte que tornam explícito o conjunto de experiências e conhecimentos que nos permite confiar na garantia. Tais considerações são, na concepção dos autores, *campo-dependentes*, ou seja, variam de acordo com a esfera em que desenvolvemos nossa argumentação.

Por conseguinte, podemos conceber diferentes formas de Apoio (B). No âmbito do Direito, por exemplo, eles tendem a se constituir no próprio aparato legal, sustentando a garantia pela autoridade da lei, das normas e dos regulamentos, ao passo que, no campo das Ciências, costumam prevalecer as taxionomias, os resultados de pesquisas anteriores e as estatísticas. Contudo, a principal forma de Apoio (B) invocada na argumentação é o nosso próprio conhecimento partilhado de mundo, aprendido durante nossa integração a diversos grupos sociais e instituições. Segundo Toulmin, Rieke e Janik (1984: 119), “o *senso comum* – a experiência filtrada e digerida das pessoas sensatas e reflexivas – subjaz aos métodos de argumentação que emprestam convicção aos ouvintes de qualquer *background*, atuando como Apoio final”.

Em geral, Apoios não tendem a ser expressos – e, de fato, na entrevista, em análise, sua explicitação é mínima. Contudo, sua importância no modelo é fundamental, na medida em que se trata do componente que legitima a Garantia. Caso esta seja questionada, somente um Apoio sólido poderá sustentá-la. No caso de nosso exemplo, B seria constituído pelo conjunto de nossa experiência e

conhecimento no que diz respeito a *uso de recursos, desperdício de dinheiro, planejamento financeiro, função do governo*.

Por fim, o último componente do modelo consiste na Refutação (R). Prototipicamente, trata-se dos “tipos de circunstâncias excepcionais que, em casos específicos, podem refutar as suposições criadas pela garantia” (Toulmin, 2006: 153). Entretanto, a Refutação pode também se aplicar a outros componentes do modelo, como D e B. O que parece defini-la é a possibilidade de minar a força do argumento como um todo, invalidando, parcial ou totalmente, a Alegação.

No caso da entrevista em questão, na qual as conclusões são geralmente expostas na forma de perguntas, abre-se, constantemente, um espaço para a Refutação no turno-resposta do candidato, conforme podemos observar na sequência:

**Fernando Haddad** – Olha, uma emenda parlamentar que foi liberada a um conjunto de parlamentares que corretamente defendem o combate a todo tipo de intolerância: ao negro, à mulher, ao homossexual, intolerância religiosa, contra evangélico, contra seguidor de matriz afro. Esses parlamentares fizeram uma emenda ao Orçamento do ministério da Educação para produção de um material contra a intolerância. Bom, nós julgamos inapropriado o material para distribuição e reservamos o material para formação de professores. Eu penso que eu e a presidenta Dilma tomamos a decisão correta e eu não entendo as críticas que estão sendo feitas no sentido de distribuir um material que não era o mais adequado para crianças e jovens. Para professores, tá bem, professor tem total condição de se apropriar daquele material e enfrentar a questão do bullying homofóbico dentro da sala de aula. Já para crianças e jovens, o material tem que ser de outro tipo. Então, as críticas que nós estamos recebendo nesse sentido são equivocadas. A decisão minha e da Dilma foi uma decisão correta.

A argumentação de Haddad foca na desarticulação da aplicação da Garantia – *gastar dinheiro público em projetos que não se concretizam adequadamente é negativo* – aos Dados, por rejeitar o pressuposto de que o projeto não se concretizou,

conforme estava previsto nos fatos elencados por Tralli, que incluíam a não distribuição do kit.

Para promover a refutação, Haddad, inicialmente, contextualiza a emergência do material de combate à intolerância, mostrando a origem do kit citado, expondo, na sequência, a decisão – tomada em conjunto com a presidenta – de utilizar o material como apoio aos docentes. Por conseguinte, o dinheiro não teria sido desperdiçado, e o projeto teria se concretizado – com um ajuste de público-alvo. Logo, destituída a certeza de que o projeto não fora concretizado, a Garantia não é mais compatível, o que enfraquece a Alegação.

Em síntese, temos que:

1. Alegações (C) estão atreladas a Dados (D), de modo que aquelas consistem em conclusões qualificadas e dedutíveis a partir destes, viabilizadas por uma Garantia (W), que sempre se constitui numa hipótese de interligação entre os componentes citados.
2. Garantias (W) consistem em generalizações derivadas de Apoios (B), que são *campo-dependentes*, com conteúdo ligado a leis, estatutos, normas, taxionomias, estatísticas, fórmulas, experiências e, em especial, ao *senso comum*.
3. O valor modal de uma alegação consiste na Qualificação (Q), que varia da invalidação à validação, passando por graus intermediários. A Qualificação (Q) está, em geral, vinculada ao grau de compatibilidade da Garantia em relação ao teor dos Dados oferecidos para se chegar a alguma conclusão.
4. Refutações (R) visam a enfraquecer a Alegação (C), por questionar a integridade, a validade ou a aplicabilidade da Garantia (W), por negar a factualidade dos Dados (D) ou ainda por questionar a solidez do Apoio (B), muito embora seja a primeira dessas possibilidades a mais comum.

## 1.2 Críticas, ressalvas e méritos em relação ao modelo

Diante do desenvolvimento que as teorias argumentativas alcançaram durante a segunda metade do século XX e o início do século XXI, seria inválido afirmar que o modelo *Toulmin* consiste em uma proposta superior às diversas outras abordagens

sobre o fenômeno, tais quais a perelmaniana, a pragmatialética, a lógico-informal, a cognitiva, a problematológica, dentre outras. Na verdade, apenas divide com elas um espaço epistemológico e metodológico de análise dos processos argumentativos, espaço este marcado por orientações pendulares que ora tendem – em maior ou menor grau – ao polo da racionalidade, da formalização e da normatividade, ora ao polo do comunicativo, da discursividade e do descritivismo<sup>4</sup>. Logo, a perspectiva de Toulmin tem, como todas as outras, seus méritos e suas fraquezas.

Em primeiro lugar – e, nesse ponto, reside um de seus méritos –, trata-se de um modelo que permite ao analista, por meio de poucos componentes, delinear a estrutura dos argumentos que sustentam uma tese e compreender possíveis falácias derivadas desse processo de raciocínio, tanto em interações monológicas quanto dialogais, considerando especificidades de esfera. É, antes de tudo, um modelo do raciocínio argumentativo<sup>5</sup> que integra a dimensão situada das interações humanas em seu corpo, como bem expõe Grácio (2010, p. 184):

A teoria de Toulmin é, essencialmente, uma teoria do *raciocínio argumentativo* centrada nas noções de encadeamento e de suporte e não na noção de *significação*. Preocupa-se, por um lado, em pôr em evidência a dimensão justificativa da argumentação e os modos de a considerar (o raciocínio está presente em qualquer argumentação digna desse nome) e, por outro, em conciliar essa dimensão justificativa (realizada em função de um questionador que desafia a tese) com o dinamismo das práticas argumentativas no seu uso coloquial e situado (uma vez que a argumentação é uma forma de *transação crítica* e não se pode esgotar na consideração estática e isolada dos raciocínios).

As palavras de Grácio (2010) levam, contudo, a uma segunda questão. Descentrado da questão da *significação*, o modelo Toulmin acaba, no fundo, prescindindo de uma ancoragem discursiva – muito embora a questão da *campo-dependência*

---

<sup>4</sup> Para uma discussão pormenorizada acerca das teorias de argumentação e de suas tendências, aproximações e distinções, ver Grácio (2010) e van Eemeren et al. (2014).

<sup>5</sup> Trata-se, inclusive, do principal motivo pelo qual Adam (2011) adota o esquema – com ressalvas pontuais e reorientações ligadas a seu paradigma, a Análise Textual do Discursos – na sua proposta de sequências textuais. A sequência argumentativa do autor francês é basicamente o *layout* toulminiano.

remeta à noção de esfera e de gêneros discursivos, ainda que tal elo não tenha sido desenvolvido a contento neste arcabouço – e ignorando a problemática da enunciação. Mais ainda, a proposta carece de uma ancoragem linguística, o que se vê de forma mais detida em Adam (2011) ou em modelos de análise modular (Cunha, 2012) ou retórico-estruturais (Mann; Thompson, 1988), nos quais tanto as marcas linguísticas que promovem o desenvolvimento da estrutura argumentativa dos textos quanto as relações de sentido verificadas entre porções textuais (orações ou complexos oracionais, tipicamente) ocupam o primeiro plano. Ademais, também prescinde de uma observação detida de estratégias argumentativas, figuras ou mesmo de valores que embasam a adesão às teses, como se verifica em Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]) ou em Reboul (2004[1998]).

Em consequência disso, o modelo *Toulmin* requisita o exercício de um diálogo com abordagens linguísticas e/ou discursivo-textuais para que se possam efetivar, de fato, análises rigorosas de materialidades sociossemióticas diversas. Para este trabalho, por exemplo, optamos por uma perspectiva textual-interativa, que permitirá atrelar o funcionamento da argumentação a aspectos ligados à dimensão interacional de uma entrevista exibida em TV aberta, em horário nobre, com um político em período de campanha eleitoral. No caso, preocupações com a imagem pública acabam influenciando decisivamente no processo argumentativo, em que a persuasão retórica pode sobrepor-se ao convencimento e à discussão crítica ideal, conforme teorizada na Pragmadialética (van Eemeren et al., 2014). Unidas, as abordagens viabilizam um instrumental para a avaliação crítica situada dos argumentos.

Por fim, deve-se assinalar que a estrutura diagramática proposta por Toulmin não deve ser considerada como representativa da totalidade do processo argumentativo, como se a argumentação pudesse ser reduzida ao diagrama em si. A argumentação sempre supera o *layout*, na medida em que a teoria tem limites em termos de escopo e de objetivos, conforme já se assinalou. O enquadramento em um *layout* consiste em uma ferramenta metodológica, da qual parte o analista para desconstruir criticamente os argumentos. Como um modelo do raciocínio argumentativo, os seis componentes e suas ligações consistem em um *esquema ideal*, entendido como uma abstração de instâncias de uso argumentativo, culturalmente embasada, que se torna produtiva para a produção e para a interpretação de textos

em que teses são defendidas. Como *ideal*, não se deve compreender que todos os componentes estarão explícitos nem que exista uma ordem fixa para a sua instânciação. As razões pelas quais ocorrem a variação na explicitação dos componentes e a diversidade no modo de relacioná-los deve ser analisada em função da dimensão interacional e discursivo-textual, o que permitirá enfrentar a questão da significação. É nessa articulação que buscaremos nos focar<sup>6</sup> – ainda que não nos disponhamos, por ora, a apresentar uma sistematização desse diálogo teórico.

## 2 Análise do corpus

Conforme mencionamos anteriormente, o *corpus* deste trabalho consiste em uma entrevista envolvendo o apresentador César Tralli, do jornal SPTV, transmitido pela Rede Globo de Comunicações, e o então candidato à prefeitura da capital paulista, Fernando Haddad, do PT, no dia 22 de setembro de 2012, como parte de um conjunto de entrevistas realizadas com todos os candidatos majoritários ao governo do município. As interações tinham duração de oito minutos e eram estruturas em torno do par-dialógico perguntas e respostas (P-R) (Andrade, Fávero e Aquino, 2006).

Vejamos o primeiro par P-R, instanciado após os cumprimentos iniciais:

1. **César Tralli** – Candidato, políticos importantes do seu partido estão sendo julgados e um deles já foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por crimes graves como corrupção, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha. Isso não constrange o senhor? Não põe em xeque o discurso sobre ética?

**Fernando Haddad** – Olha, constrange a classe política de uma maneira geral porque políticos de todos os partidos estão respondendo a processos. E eu gostaria muito que a Justiça fosse até o fim em todos os casos. Não apenas em

---

<sup>6</sup> Para maiores detalhes acerca da importância, das limitações e dos desdobramentos do modelo Toulmin, ver van Eemeren et al. (2014, p. 203-256). Aproveitamos para ressaltar que, por questões de espaço, não exporemos detidamente conceitos básicos da perspectiva textual-interativa. Para isso, remetemos o leitor à obra organizada por Jubran & Koch (2006).

relação ao PT, mas também em relação ao PSDB. Você sabe que o chamado mensalão nasceu em Minas Gerais, e o julgamento do mensalão de Minas está sendo postergado. E há um risco de prescrição em função das datas em que os crimes foram cometidos. Porque o mensalão do PSDB é muito anterior, é de 1998, é seis anos anterior. Então, desde que todos sejam julgados, garantido o amplo direito de defesa e punidos de acordo com o que fizeram, eu penso que as instituições saem fortalecidas. Agora, se a Justiça se fizer para uns, e não se fizer para outros, eu penso que a democracia vai sair enfraquecida. Nós não podemos seguir o princípio: aos inimigos a lei, aos amigos, tudo, como se diz. Então, vamos colocar o país a limpo, estamos de acordo, e as pessoas que erraram devem ser julgadas e se for comprovado o erro, tem que ser punidas. Não vejo problema nenhum em relação a isso.

O apresentador César Tralli (doravante CT) formula sua pergunta a partir de um desenvolvimento argumentativo prévio, como ocorre durante toda a interação. Em geral, a pergunta constitui-se em uma possível alegação (C) decorrente de um conjunto de dados (D), pautado por uma garantia (W) que tende a estar implícita. É essa alegação que é colocada em pauta para ser discutida pelo candidato Fernando Haddad (FH). Podemos visualizar a estrutura argumentativa da pergunta e da resposta na sequência<sup>7</sup>:

---

<sup>7</sup> Neste artigo, além das convenções já elencadas, adotaremos as seguintes notações: [ ] = conteúdo qualificado da alegação; < > = conteúdo implícito de qualquer elemento do modelo; Fonte Normal = formulado por CT; Itálico = formulado por FH; *VERSALETE* = natureza linguística da qualificação.

<p>D: Membros do partido de FH estão sendo julgados por crimes graves e já houve condenação</p>	<p>W: já que &lt;Políticos de partidos envolvidos com corrupção não deveriam discursar sobre ética&gt;</p>	<p>R: a menos que <i>Todos os partidos tenham membros envolvidos em corrupção e se deseje que todos os condenados sejam punidos.</i></p>	<p>Q[C]: PERGUNTA NEGATIVA EM MODALIDADE CATEGÓRICA [O discurso sobre ética de FH ser posto em xeque; isso constranger o senhor]</p>
<p>B: por conta de &lt;ser desejável/necessário haver coerência entre atos e fala&gt; e de &lt;se ter experiência, em termos de senso comum, com casos de hipocrisia&gt;</p>			

Quadro 1

Os dados instanciados por CT ameaçam, logo no princípio da entrevista, a imagem do entrevistado, uma vez que o insere no contexto de um grupo construído a partir do seu envolvimento em crimes graves – dentre eles, corrupção. Tais fatos consistirão, portanto, na base para a alegação de constrangimento e da possível invalidação do discurso de ética proferido pelo candidato em campanha. Entretanto, em vez de afirmar essas possíveis conclusões, CT as formula por meio de uma pergunta polarizada negativamente, o que implica uma atitude autoral fortemente atrelada a tais posicionamentos.

O Apoio (B) e a Garantia (W) que sustentam a ligação entre D e C encontram-se implícitas, como costuma ocorrer, mas podem ser derivadas da construção textual. A coerência entre os atos e a fala de um ator social consiste em aspecto importante de valoração social, e a incompatibilidade entre essas duas esferas está diretamente associada ao julgamento negativo de *hipocrisia*. É nesse valor do conhecimento de mundo partilhado que reside o Apoio para a Garantia implícita. Em outros termos, o ato de Haddad envolver-se com um partido de conduta re-criminável é incompatível com seu discurso sobre ética na política.

Entretanto, a partir do momento em que CT formula sua Alegação como uma pergunta, ele abre espaço para que o entrevistado formule restrições para o elo entre D e C. A Refutação construída por FH incide tanto sobre os Dados, cuja abrangência será questionada, quanto sobre a Alegação, desarticulando a relação grupo-indivíduo ao fortalecer os caracteres individuais. Vejamos os pormenores.

Em primeiro lugar, ao generalizar a atividade de corrupção para todo o espectro partidário, o entrevistado amplia a reação afetiva de *constrangimento* a toda a classe política. O procedimento é estratégico, na medida em que os Dados, de conhecimento público, não são negados, e a Alegação pode ser estendida a um membro de qualquer partido – *Políticos de todos os partidos estão respondendo processos*. Nesse sentido, a construção do entrevistador não afetaria apenas a candidatura Haddad.

Em segundo lugar, ao posicionar-se explicitamente a favor da investigação dos crimes, do julgamento justo e da condenação dos envolvidos – sejam eles aliados ou adversários –, Haddad ataca a garantia de que não deveria ou não teria moral para discursar sobre ética. Seu discurso sobre ética é validado justamente por defender que todos os envolvidos sejam investigados, independente da filiação partidária, e condenados, caso haja comprovação.

O que o candidato faz é propor novos Dados que, por um lado, permitam que o caráter negativo da Garantia não seja exclusivamente atribuído a ele, reconhecendo, ademais, a sua indesejabilidade e, por outro, rejeitem a necessária correlação entre integrar um partido em que há corrupção e discursar sobre isso, cindindo o indivíduo do grupo.

Observemos, na sequência, uma forma diferenciada de organização do par dialógico. Nele, em vez de explicitar seu posicionamento pessoal, FH apresenta uma alegação do ex-presidente Lula em resposta a CT:

**César Tralli** – O senhor concorda com o presidente Lula quando ele diz que o mensalão não existiu?

**Fernando Haddad** – Eu penso que o presidente Lula está fazendo referência a um aspecto que é a questão da coalizão da base aliada, ele está fazendo referência a esse aspecto especificamente. Porque, na visão dele, não é razoável imaginar que um parlamentar do PT precisasse receber recursos para votar com o governo. Essa é a consideração que ele faz.

Inicialmente, devemos observar que, diferente do que faz no exemplo anterior, o entrevistador não apresenta D que sustentem a alegação sincretizada na

pergunta. A indagação de Tralli volta-se a verificar o posicionamento complacente ou resistente do candidato em relação a uma alegação de Lula.

Podemos analisar a resposta de FH, que reporta as concepções do ex-presidente, da seguinte forma:

D1: <i>Membros do PT já integram a coalizão da base aliada do governo</i>	W1: já que <Membros da base aliada do governo votam, via de regra, a favor deste>	R: a menos que	Q[C1]: <i>NÃO É RAZOÁVEL/É IMPROVÁVEL [que um parlamentar desse partido precise receber recursos para votar a favor do governo]</i>
	B1: por conta de <favorecer governabilidade, permanência no poder, aprovação de projetos, etc.>		
D2 = C1: <i>É improvável que membros da base aliada precisem receber recursos para votar a favor do governo</i>	W2: já que <Apenas membros de partidos de oposição teriam razões para exigir dinheiro para votar com o governo>	R: a menos que	Q[C2]: MODALIDADE CATEGÓRICA VIGENTE NA PERGUNTA DE CT. [O mensalão não existiu].
	B: por conta de <todo o conhecimento prévio que se tem sobre a conjuntura política, alianças, dissensões e interesses partidários>		

**Quadro 2**

Apesar de curta, a resposta de Haddad é construída a partir de uma corrente de argumentos, que forma um esquema complexo. A C de que *o mensalão não existiu* consiste na última etapa de uma cadeia argumentativa que é tecida a partir de dois eixos: em primeiro lugar, desacredita-se a garantia que poderia viabilizar a ligação entre *ser membro do PT* e *participar do esquema de recebimento de recursos para votar em medidas pró-governo*, por meio de W1-B1; em segundo lugar, questiona-se a existência do próprio *mensalão*, entendido como esquema ligado ao PT, pela *improbabilidade de seus membros precisarem receber recursos*, o que é legitimado por W2-B2, implícitos, mas inferíveis pelo discurso de FH. Nessa lógica, apenas faria sentido que participassem do esquema os parlamentares que integrassem a oposição, pois estes, sim, necessitariam de incentivos para votar com o governo.

É relevante considerarmos, entretanto, que Haddad não responde à pergunta explicitamente, uma vez que não assume um posicionamento pessoal nem de complacência nem de resistência à alegação de Lula, optando por desenvolver a posição do ex-presidente. O procedimento é estratégico, na medida em que preserva, por um lado, sua imagem com os membros do seu partido e, por outro, a imagem do próprio partido. Além disso, não se choca diretamente com as representações dos atores sociais que consideram a existência do mensalão como fato. Sua complacência em relação ao posicionamento do ex-presidente fica, apenas, implícita. Em período eleitoral, trata-se de procedimento de preservação de face relevante.

A próxima sequência do par dialógico P-R é bem complexa. Apresenta uma série de camadas, restrições múltiplas e falácias. Vejamos:

**César Tralli** – O senhor foi ministro da Educação durante seis anos e meio e por três anos foi duramente criticado nas falhas do Enem. Foram fraudes e erros que acabaram prejudicando a vida de milhões de estudantes. Isso não compromete a sua imagem de administrador?

**Fernando Haddad** – Olha Tralli eu sou o ministro da Educação que mais expandiu a educação superior no país, com o ProUni, com a expansão das federais, com o novo Fies. Sou o ministro da Educação que mais expandiu a educação profissional no país. Eu sozinho construí 224 escolas técnicas, que é mais que a soma de todos os meus antecessores. Eu melhorei a qualidade do ensino fundamental no país depois de uma queda drástica nos anos 90. O Brasil hoje figura nos relatórios internacionais como caso de sucesso porque saiu da inércia. Não pelo patamar que atingiu mas porque está no rumo certo. Então, tanto a Unesco, a Onu quando a UCDE, que são os países ricos, reconhecem o esforço que o Brasil fez. Agora, se houve um crime contra o Enem, e foi um crime, não foi uma fraude. Um criminoso foi identificado, julgado e punido com cinco anos de cadeia. Eu gostaria que a oposição, ao invés de me criticar, se solidarizasse comigo. Porque houve um crime, e o culpado foi identificado e punido com cinco anos de cadeia. Imagina na cratera do Metrô, se fosse identificado um sabotador, nós iríamos nos solidarizar com o José Serra que

era o governador è época. Mas não, o que aconteceu lá foi um erro, foi um homicídio culposo. Não foi o caso do que aconteceu no Enem, uma pessoa de fora da administração pública e dentro de uma gráfica que é a mais moderna do país cometeu um crime, foi identificado e punido.

A pergunta de CT já é desenvolvida argumentativamente, e a resposta de Haddad consistirá em uma Refutação no tocante à ligação entre os D e a C do entrevistador. Observemos:

<p>D: a. Haddad foi ministro da Educação. b. Em sua gestão, houve fraudes e erros no ENEM. c. Tais falhas prejudicaram milhões de estudantes.</p>	<p>W: já que &lt;Atitudes prejudiciais à população afetam a imagem de administrador do político que as realiza ou não as impede&gt;</p>	<p>R: a menos que <i>Haddad tenha realizado programas e articulado feitos que amortecem tal impacto negativo</i></p>	<p>Q[C]: PERGUNTA NEGATIVA EM MODALIDADE CATEGÓRICA [a imagem de Haddad como administrador fica comprometida]</p>
<p>B: por conta de &lt;todo o conhecimento prévio que se tem sobre o impacto de escândalos nas campanhas e na carreira dos envolvidos&gt;</p>			

**Quadro 3**

Os fatos levantados por Tralli são contundentes e ameaçadores em contexto de campanha eleitoral. A garantia que interliga D e C é sólida e se baseia em nosso conhecimento de mundo sobre política. A fim, portanto, de minimizar o impacto à sua *face positiva* (Brown e Levinson, 1987)<sup>8</sup>, FH busca mostrar que W é insuficiente para que se conclua Q[C] em termos tão categóricos. Nesse sentido, a R do candidato procurará tratar a argumentação de Tralli como um exemplar da falácia de *conclusão apressada* (*hasty conclusion*). Para Pineau (2013), tal falácia consiste na atualização de uma desproporção entre a força de W e o comprometimento derivado de Q.

Haddad constrói uma sequência de exemplos que articula uma imagem positiva de sua gestão, colocando-se, em primeira pessoa do singular, como aquele que mais

<sup>8</sup> Grosso modo, a *face positiva* diz respeito ao desejo de aprovação e aceitação social, ao passo que a *face negativa* abrange o desejo de preservação da liberdade individual, do espaço pessoal.

fez pela educação no Brasil, levando o país a ser reconhecido internacionalmente em termos de seus avanços na área, conforme podemos depreender do trecho sublinhado. Tais benesses constituem-se, portanto, em elementos de caráter quantitativo que objetivam tornar insuficientes os fatos elencados por CT para a C construída. Em outros termos, se FH falhou no caso do ENEM, ele acertou muito em vários outros aspectos ligados ao campo educacional, de modo que se torna injusto e/ou inválido deduzir que sua imagem de administrador esteja, de fato, comprometida. O candidato apoia-se em um valor de quantidade (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002) – muitos positivos podem compensar negativos – como uma forma estratégica de rejeitar a qualificação modal categórica; da forma como a contra-argumentação é realizada, a C requisitaria um modal epistêmico, como *possivelmente*.

Entretanto, apesar de buscar a desarticulação entre D e C, por denunciar que W não tem força suficiente para engendrar uma Qualificação categórica, ainda fica aberta a realidade das falhas do ENEM e, portanto, a C ainda é válida, mesmo que de forma menos comprometida. Haddad passa, então, a desconstruir D.

D: <i>As ditas fraudes relativas ao ENEM são, na verdade, crimes.</i>	W: já que a. <Não se pode culpar e prejudicar alguém por um crime que não foi cometido por ele> b. <vítimas de crimes merecem solidariedade da sociedade>	R: a menos que <haja envolvimento da administração pública>	Q[C]: a. <Eu não sou culpado> b. EU GOSTARIA QUE [a oposição se solidarizasse comigo].
B: por conta de <todo o aparato jurídico e pela ética que rege (ou deveria reger) as condutas humanas>			

**Quadro 4**

Embora a alegação C(a) não esteja, de fato, explícita, podemos facilmente derivá-la da construção C(b), na medida em que é possível pressupormos que um ator social não buscaria apoio de um opositor/adversário em situações nas quais ele é culpado por algum crime. O trecho é relevante, ademais, pelo fato de FH citar uma situação análoga referente ao principal antagonista do PT – o PSDB. Em 2007, houve um acidente na obra de construção do Metrô da linha amarela da capital paulista, que resultou na morte de sete pessoas. O entrevistado invoca esse

evento para marcar que, se houvesse crime, seu partido se solidarizaria com eles. Entretanto, afirma que, neste último caso, o que aconteceu foi mesmo um erro administrativo, o que caracterizaria homicídio culposo, diferenciando, neste aspecto, os dois acontecimentos.

O recurso de *analogia* permite estabelecer correspondências entre os problemas e os prejuízos do ENEM e os do Metrô, a partir da ótica de cada um dos afetados – o PT, no primeiro caso; o PSDB, no segundo. Contudo, o fato de o partido opositor estar envolvido administrativamente na suposta falha que deu origem à cratera do metrô permite enquadrar tal evento no âmbito da Refutação – ver esquema acima –, cancelando, portanto, a isenção de culpa do PSDB no caso. Assim, FH consegue tanto estabelecer sua defesa quanto atacar a oposição, procedimento que parece ser característico do jogo político nacional<sup>9</sup>.

Para completar sua Refutação, Haddad busca ainda marcar como incidental a própria ocorrência do ato criminoso, conforme se pode verificar a seguir:

D: <i>A gráfica responsável pelo ENEM é a mais moderna do país</i>	W: já que <i>&lt;Em empresas modernas, crimes não tendem a acontecer&gt;</i>	R: a menos que	Q[C]: <i>&lt;[o crime não deveria acontecer]&gt;</i>
	B:por conta de <i>&lt;dados que comprovem matematicamente essa baixa incidência&gt;</i>		

Quadro 5

Um aspecto importante do modelo de Toulmin consiste, conforme já mencionado, nas especificidades dos campos de argumentação. Uma garantia que se estabelece no campo de uma tendência de correlação matemática requisita um Apoio no domínio estatístico. Tal suporte não é, entretanto, oferecido. Implicações de B são comuns, conforme já assinalamos neste capítulo. Entretanto, em situações como essa, tornam-se essenciais, na medida em que a associação entre

<sup>9</sup> Silva (2013), em um estudo sobre debates eleitorais em perspectiva pragmatológica, verificou uma alta incidência de acusações como procedimentos de argumentação para o ataque do outro e de suas propostas. O principal objetivo parecer ser a tentativa de se autopromover diante do eleitor.

modernização e diminuição de crimes não tende a ser automática, nem necessária, podendo ser facilmente questionada. Temos, portanto, um caso da falácia de *razão irrelevante* (PINEAU, 2013), que consiste naquela em que omitimos o Apoio de uma Garantia em contextos em que é necessário legitimá-la, dadas as especificidades do campo de dado procedimento argumentativo.

O segmento seguinte, por sua vez, apresenta um exemplo da falácia de *premissa problemática* (PINEAU, 2013). Observemos o excerto, seguido do *layout* argumentativo:

**César Tralli** – Na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy, que é do seu partido, não foi investido um único centavo no Metrô. O senhor pretende investir no Metrô se o senhor for eleito e qual seria o pedaço do Orçamento que iria para o Metrô?

**Fernando Haddad** – Tralli, não é bem verdade isso. Vou te explicar. Nós fomos ao governo do Estado e oferecemos recursos da Operação Faria Lima em troca de algumas estações e o governo do Estado recusou a oferta. Nós não queremos repassar recurso para o Metrô aplicar no sistema financeiro. Nós queremos aplicar recursos do Metrô do jeito que a Marta estava prevendo: dinheiro novo, cronograma e estações novas. Ou seja, não dá para simplesmente passar o dinheiro da prefeitura sem saber o que vai ser feito com ele. Então, eu vou repacotar com o Metrô. Nós queremos colocar inclusive dinheiro federal no Metrô, que o governo recusa. Mas nós vamos colocar federal, municipal para atender ao paulistano. Agora, não dá para ter esse ritmo tucano de entregar obra.

<p>D: a. Marta Suplicy é do mesmo partido de Haddad b. Marta não investiu um único centavo no Metrô</p>	<p>W: já que &lt;Membros do mesmo grupo tendem a agir de modo semelhante&gt;</p>	<p>R: a menos que</p>	<p>Q[C]: PERGUNTA MODALIZADA POR INCLINAÇÃO, IMPLICITANDO SER IMPROVÁVEL QUE [Haddad invista no Metrô]</p>
<p>B: por conta de &lt;experiência prévia com situações semelhantes ou dados que comprovem matematicamente essa relação&gt;</p>			

Quadro 6

A afirmação de CT que contextualiza a pergunta é marcada pela negação e pela modalidade categórica, não abrindo espaço para a aceitabilidade de alternativas a essa concepção de realidade. Tal construção contamina, avaliativamente, a pergunta, implicitando uma orientação argumentativa voltada à *improbabilidade* do investimento na nova gestão.

O entrevistador vale-se, para isso, de uma garantia que estende características de membros de uma coletividade ao grupo como um todo e vice-versa. Nesse sentido, o fato de Marta não ter investido no Metrô é transferido para o PT e, daí, para Haddad, em uma relação de base metonímica. O raciocínio assume traços falaciosos por não apresentar um Apoio sólido que sustente a garantia, que pode ser facilmente refutada por meio de exemplos que viabilizassem a cisão entre o comportamento do indivíduo e do grupo. Entretanto, tal procedimento poderia afetar a imagem do partido.

O candidato opta, pois, por problematizar D, procurando mostrar que CT cometeu a falácia de *premissa problemática*. FH já inicia seu turno com a negação dos Dados – *Tralli, não é bem verdade isso*. O enunciado, formulado com polidez positiva, evitando, assim, uma invalidação direta que poderia vincular o entrevistador a uma imagem de *mentiroso*, potencialmente conflitiva, prepara o terreno para a desarticulação de C. Entretanto, há um outro motivo ainda para essa idiosincrasia construcional.

A partir do momento em que argumenta que a Prefeitura ofereceu recursos para serem aplicados no Metrô e que o governo do Estado recusou a oferta, pois

queria repassar os recursos para o sistema financeiro em vez de realizar um investimento direto, como desejava a administração municipal, o candidato desarticula um aspecto importante de D, muito embora esteja implícito: a *disposição* para agir.

O enunciado de Tralli permitia compreender que a falta de investimento no Metrô consistia em um ato volitivo de Marta e era essa ausência de disposição que fora metonimicamente transferida a Haddad. A correção do candidato visa a mostrar que, na verdade, o investimento foi bloqueado pela esfera estadual, o que isenta ambos da acusação de não terem se preocupado com essa questão. Em outros termos, *não é bem verdade*, pois houve disposição, ainda que não tenha havido concretização.

Tendo desarticulado o aspecto volitivo, FH consegue, de alguma forma, inviabilizar a Alegação implícita de que é improvável que ele invista no Metrô, o que permite que ele salvasse sua *face*, a *face* de Marta e a do Partido dos Trabalhadores.

## Considerações finais

Neste artigo, procuramos apresentar, sinteticamente, o modelo de argumentação proposto por Toulmin, inicialmente, em 1958, e expor alguns de seus desdobramentos, que podem ser vistos na obra de Toulmin, Rieke e Janik, de 1978, e no estudo sobre falácias de Pineau (2013). Além disso, discutimos limitações do modelo e expomos seus méritos.

Buscamos aplicar a proposta ao estudo de interações reais, procedimento, muitas vezes, negligenciado nas teorizações, que acabam se valendo de exemplos inventados, o que é indesejável no âmbito dos estudos linguísticos e discursivo-textuais. Nesse sentido, optamos por analisar uma entrevista de televisão que envolvia um candidato à prefeitura de São Paulo, em época de campanha eleitoral, em 2012.

Assim, pudemos depreender uma estratégia recorrente do entrevistador em apresentar suas Alegações em forma de pergunta, instigando, assim, o entrevistado a refutar sua argumentação e desenvolver aspectos relativos a seu plano de governo. Ademais, verificamos que, de fato, Garantias e Apoios tendem a ser implicitados e que estes são, em geral, calcados no *sensu comum*.

Detectamos também a emergência de *falácias* ligadas à tentativa do entrevistado de refutar a Alegação polêmica do entrevistador, que poderia gerar danos à

sua imagem pública no contexto sensível de campanha eleitoral. Destacaram-se as falácias de *generalização apressada*, que consiste na instanciamento de uma Qualificação inapropriada para uma determinada Garantia, o que interfere no grau de convencimento da Alegação; de *premissa problemática*, que diz respeito à invalidade da Conclusão, derivada de Dados sobre os quais não há acordo entre os participantes; e de *razão irrelevante*, a qual se relaciona à ausência de um Apoio sólido que legitime a Garantia, tendendo a ocorrer em situações na qual o suporte se baseia no *senso comum* quando deveria estar ligado às exigências de um dado campo.

Desse modo, buscamos contribuir para o desenvolvimento dessa perspectiva de estudos da argumentação, que ainda requisita pesquisas que levem a expansões, atualizações e questionamentos. Apesar disso, o modelo ainda se mostra bastante atual, havendo espaço para aplicação tanto na academia, em diálogo com perspectivas enunciativas, textuais, interativas e discursivas, quanto no ensino de produção e de interpretação de textos na escola.

## Referências bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2ª ed. revista e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: Some universals in language usage*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CUNHA, Gustavo Ximenes. A articulação discursiva do gênero *artigo de opinião* à luz de um modelo modular de análise do discurso. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 14 (1), 2012, p. 73-97.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. (2006). O par dialógico pergunta-resposta. In: JUBRAN, Clélia Spinardi; KOCH, Ingedore (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Volume I. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 133-166.

GRÁCIO, Rui Alexandre. *Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas*. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010.

Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 29, n. 2, p. 69-96, dez. 2016

HALLIDAY, Michael. *Introduction to Functional Grammar*. 3ª ed. Revisado por MATTHIENSEN, Christian. London: Hodder Arnold, 2004.

JUBRAN, Clélia Spinardi; KOCH, Ingedore (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Volume I. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

MANN, William; THOMPSON, Sandra. Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. *Text*, n. 8(3), 1988, p. 243-281

PERELMAN, Chaïm; Olbrechts-Tyteca, Lucie. *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1958].

PINEAU, Andrew (2013) The Abuses of Argument: Understanding Fallacies on Toulmin's Layout of Argument. *Informal Logic*, Vol. 33, n. 4, p. 531-546.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1998].

SILVA, Cleide Lúcia da Cunha Rizério. *As falácias no debate político-eleitoral – uma visão pragmatológica*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1958].

TOULMIN, Stephen; RIEKE, Richard; JANIK, Allan. *An introduction to reasoning*. 2ª ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1984 [1978].

VAN EEMEREN, Frans. Nota à presente edição: *Os usos do argumento*, edição atualizada. In: TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. VII-VIII.

VAN EEMEREN, Frans; GARSEN, Bart; KRABBE, Erik; HENKEMANS, Francisca Snoek; VERHEIJ, Bart; WAGEMANS, Jean. *Handbook of Argumentation Theory*. New York: Springer Academic, 2014.

Recebido: 18/08/2016

Aprovado: 16/09/2016

## Anexo

**César Tralli** – Candidato, boa tarde.

**Fernando Haddad** – Boa tarde, Tralli.

**César Tralli** – Candidato, políticos importantes do seu partido estão sendo julgados e um deles já foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por crimes graves como corrupção, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha. Isso não constrange o senhor? Não põe em xeque o discurso sobre ética?

**Fernando Haddad** – Olha, constrange a classe política de uma maneira geral porque políticos de todos os partidos estão respondendo a processos. E eu gostaria muito que a Justiça fosse até o fim em todos os casos. Não apenas em relação ao PT, mas também em relação ao PSDB. Você sabe que o chamado mensalão nasceu em Minas Gerais, e o julgamento do mensalão de Minas está sendo postergado. E há um risco de prescrição em função das datas em que os crimes foram cometidos. Porque o mensalão do PSDB é muito anterior, é de 1998, é seis anos anterior. Então, desde que todos sejam julgados, garantido o amplo direito de defesa e punidos de acordo com o que fizeram, eu penso que as instituições saem fortalecidas. Agora, se a Justiça se fizer para uns, e não se fizer para outros, eu penso que a democracia vai sair enfraquecida. Nós não podemos seguir o princípio: aos inimigos a lei, aos amigos, tudo, como se diz. Então, vamos colocar o país a limpo, estamos de acordo, e as pessoas que erraram devem ser julgadas e se for comprovado o erro, tem que ser punidas. Não vejo problema nenhum em relação a isso.

**César Tralli** – O senhor concorda com o presidente Lula quando ele diz que o mensalão não existiu?

**Fernando Haddad** – Eu penso que o presidente Lula está fazendo referência a um aspecto que é a questão da coalizão da base aliada, ele está fazendo referência

a esse aspecto especificamente. Porque, na visão dele, não é razoável imaginar que um parlamentar do PT precisasse receber recursos para votar com o governo. Essa é a consideração que ele faz.

**César Tralli** – O senhor foi ministro da Educação durante seis anos e meio e por três anos foi duramente criticado nas falhas do Enem. Foram fraudes e erros que acabaram prejudicando a vida de milhões de estudantes. Isso não compromete a sua imagem de administrador?

**Fernando Haddad** – Olha Tralli eu sou o ministro da Educação que mais expandiu a educação superior no país, com o ProUni, com a expansão das federais, com o novo Fies. Sou o ministro da Educação que mais expandiu a educação profissional no país. Eu sozinho construí 224 escolas técnicas, que é mais que a soma de todos os meus antecessores. Eu melhorei a qualidade do ensino fundamental no país depois de uma queda drástica nos anos 90. O Brasil hoje figura nos relatórios internacionais como caso de sucesso porque saiu da inércia. Não pelo patamar que atingiu mas porque está no rumo certo. Então, tanto a Unesco, a Onu quando a OCDE, que são os países ricos, reconhecem o esforço que o Brasil fez. Agora, se houve um crime contra o Enem, e foi um crime, não foi uma fraude. Um criminoso foi identificado, julgado e punido com cinco anos de cadeia. Eu gostaria que a oposição, ao invés de me criticar, se solidarizasse comigo. Porque houve um crime, e o culpado foi identificado e punido com cinco anos de cadeia. Imagina na cratera do Metrô, se fosse identificado um sabotador, nós iríamos nos solidarizar com o José Serra que era o governador à época. Mas não, o que aconteceu lá foi um erro, foi um homicídio culposo. Não foi o caso do que aconteceu no Enem, uma pessoa de fora da administração pública e dentro de uma gráfica que é a mais moderna do país cometeu um crime, foi identificado e punido.

**César Tralli** – Candidato, ainda na sua gestão, o ministério da Educação gastou R\$ 800 mil com seis mil kits anti-homofobia, aqueles vídeos sobre relações homossexuais na relação escolar, só que a presidente Dilma considerou o

material impróprio e impediu a distribuição do kit anti-homofobia. A produção desses vídeos foi um erro?

**Fernando Haddad** – Olha, uma emenda parlamentar que foi liberada a um conjunto de parlamentares que corretamente defendem o combate a todo tipo de intolerância: ao negro, à mulher, ao homossexual, intolerância religiosa, contra evangélico, contra seguidor de matriz afro. Esses parlamentares fizeram uma emenda ao Orçamento do ministério da Educação para produção de um material contra a intolerância. Bom, nós julgamos inapropriado o material para distribuição e reservamos o material para formação de professores. Eu penso que eu e a presidenta Dilma tomamos a decisão correta e eu não entendo as críticas que estão sendo feitas no sentido de distribuir um material que não era o mais adequado para crianças e jovens. Para professores, tá bem, professor tem total condição de se apropriar daquele material e enfrentar a questão do bullying homofóbico dentro da sala de aula. Já para crianças e jovens, o material tem que ser de outro tipo. Então, as críticas que nós estamos recebendo nesse sentido são equivocadas. A decisão minha e da Dilma foi uma decisão correta.

**César Tralli** – Candidato, o senhor fala em criar 150 quilômetros de corredores de ônibus e desafogar os que já existem. Mas a gente sabe hoje em São Paulo que os corredores vivem entupidos, cheios de problemas, especialmente porque sequer tem uma faixa de ultrapassagem. Na proposta do senhor, o senhor vai tirar calçada ou tirar faixa de carro para privilegiar os corredores?

**Fernando Haddad** – Segregar faixa. Porque você imagina 30% da população se desloca para o trabalho de carro, 70% se desloca de ônibus, trem e Metrô. Não é razoável você não segregar uma faixa para quem se desloca de ônibus. Então, nós entendemos que a única maneira de recuperar qualquer viabilidade de se deslocar por São Paulo é o transporte público. E você veja que a administração Serra Kassab abandonou o transporte público e mesmo o Metrô está parado. Faz três anos que não tem um Tatuzão escavando o subsolo de São Paulo. Novas linhas não estão sendo feitas. A Linha 5 continua parada,

a Linha 6 sequer foi licitada. Eles ficam anunciando planos de papel que não sai e não são entregues. Então nós temos que recuperar o transporte coletivo e no caso da Prefeitura investir forte no corredor de ônibus e pactuar com o estado um novo cronograma para o Metrô. Dinheiro novo tem que responder a um cronograma de entrega novo.

**César Tralli** – Na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy, que é do seu partido, não foi investido um único centavo no Metrô. O senhor pretende investir no Metrô se o senhor for eleito e qual seria o pedaço do Orçamento que iria para o Metrô?

**Fernando Haddad** – Tralli, não é bem verdade isso. Vou te explicar. Nós fomos ao governo do Estado e oferecemos recursos da Operação Faria Lima em troca de algumas estações e o governo do Estado recusou a oferta. Nós não queremos repassar recurso para o Metrô aplicar no sistema financeiro. Nós queremos aplicar recursos do Metrô do jeito que a Marta estava prevendo: dinheiro novo, cronograma e estação novas. Ou seja, não dá para simplesmente passar o dinheiro da prefeitura sem saber o que vai ser feito com ele. Então, eu vou repactuar com o Metrô. Nós queremos colocar inclusive dinheiro federal no Metrô, que o governo recusa. Mas nós vamos colocar federal, municipal para atender ao paulistano. Agora, não dá para ter esse ritmo tucano de entregar obra.

**César Tralli** – Nosso tempo está acabando candidato, em relação aos camelôs em situação irregular, o senhor diz que vai montar shoppings populares. Essa ideia nunca deu muito certo aqui em São Paulo. Por que é que daria dessa vez?

**Fernando Haddad** – Não, deu. Eu posso te levar a alguns que deram certo e mais. Além de ser professor da Universidade de São Paulo, eu sou professor da USP, eu fui lojista da 25 de Março. Então, eu conheço muito bem o assunto. Na cidade tem espaço para pedestre, tem espaço para o lojista e tem espaço para o ambulante desde que regular. É isso que nós vamos fazer, uma pactuação para ter espaço para todo mundo.